

Tese incrível

Mais uma acha lançada para a polémica sobre os Painéis de Nuno Gonçalves **TEXTO DE VÍTOR SERRÃO***



O suplemento «Actual» de 5/VII publicou um texto da autoria de Jorge Filipe de Almeida (JLA) que não deve passar sem comentário sob perigo de se continuar a confundir a opinião pública num caso de tão grande significado patrimonial como é o dos célebres Painéis de Nuno Gonçalves. Aí, JFA contesta em moldes descabidos e com argumentos lamentáveis a oportunidade de um debate promovido (a seu pedido) pelo Instituto Português de Museus no passado dia 29-V no Museu Nacional de Arte Antiga, a propósito da sua extravagante interpretação dos Painéis. Apesar de não ser a ocasião adequada para um debate com base científica, creio ter ficado demonstrado nessa agitada sessão que a «tese» de JFA — defendida num livro (ed. Verbo, 2000) onde considera os Painéis como de 1445 (!) e uma homenagem nacional ao Infante Santo D. Fernando (!) — não tinha valimento, por não ser legitimável, conforme paleograficamente se demonstrou, a leitura da pretensa inscrição detectada num botim do Painel do Infante (única base em que se estriba a sua «teoria»), e por fazer tábua rasa de tudo o que de concreto foi já estabelecido através de investigação séria de muitos anos.

É certo que o mistério que esta obra-prima nos coloca prevalece, pois ainda não se sabe (saber-se-á um dia?...) a exacta identidade das personagens representadas nesse friso único na pintura europeia do século XV em que a sociedade portuguesa rende preito ao seu patrono São Vicente em gratulação por provável sucesso militar nas campanhas do Norte de África. De facto, não são nem a «rigidez de posição» nem a «atitude obstinada» (atributos com que JFA me mimoseia e que veementemente repudio) as verdades históricas que decorrem do elenco de provas e contraprovas estabelecidas pela pesquisa arquivística (de José de Figueiredo a Adriano de Gusmão e a Dagoberto Markl) e pelos exames laboratoriais (I.P.M., 1994) que permitiram assentar algumas certezas dificilmente contestáveis, designadamente a autoria, o destino e a data consensual de factura (sétimo decénio do século XV). Qualquer estudioso de pintura europeia proto-renascentista compreende quão inviável se tornaria a defesa de uma data temporã como 1445 para uma obra cuja absoluta modernidade

e vanguardismo artísticos já é de polémica explicação num registo produtivo de cerca de 1460-70...

NÃO EXISTE da parte da comunidade científica nenhuma «sanha» contra as «evidências» da «tese» de JFA — todas as «teses» são legítimas, mas têm de ser discutidas a sério... Se algum «estratagem» existe (ou «cabala», como se insinua), decorre em exclusivo da insistência com que se confunde a opinião pública nacional e internacional utilizando os «media» até à exaustão através do sensacionalismo e da demagogia, subtraindo-se os dados inconvenientes à «nova tese» e deturpando as peritagens dos técnicos de paleografia e de conservação e restauro no caso ouvidos. A haver deslealdade, ela não decorre da boa vontade dos promotores da sessão que pacientemente ouviram as «teses» de JFA ao longo de uma hora (e não nos «dez minutos de exposição» que invoca), mas da insistência em, escamoteando debate sereno e discussão de dados históricos estabelecidos, se pretender impor por pressão uma «tese» absolutamente incrível. Não é por decreto ministerial que a tabela com que os Painéis de S. Vicente são orgulhosamente expostos no MNAA poderá vir a ser modificada.

DE UMA VEZ por todas, esclareçam-se as pessoas. A comunidade científica ligada à História da Arte (que de resto não é consensual, nem poderia sê-lo, face a uma obra artística que continua a encerrar

Não tinha valimento, (...) conforme paleograficamente se demonstrou, a leitura da pretensa inscrição detectada num botim do Painel do Infante

tantos mistérios insolúveis) teve oportunidade de comprovar na referida sessão do MNAA a falta de bases da «tese» de JFA a respeito da datação. Se muitos aspectos desta obra-prima de Quatrocentos continuam nebulosos, pelo menos já se sabe hoje que os Painéis de S. Vicente (e não do Infante Santo...) foram efectivamente pintados

por Nuno Gonçalves, cerca de 1460-70 (e não em 1445...), para o altar de S. Vicente da Sé de Lisboa (e não para a igreja de Santo António). Não é com presções totalitárias nem com falácias reducionistas que escondem a falta de provas, e muito menos com insinuações ofensivas a quem desde há muitos anos dedica esforço sério e concertado a esta questão, que o «estratagem» de JFA poderá impor a sua «verdade» nos meios museológicos e universitários.

Caso encerrado.

*PROF. UNIVERSITÁRIO, HISTORIADOR DE ARTE